

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	16
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	20
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	21
10.5 - Políticas contábeis críticas	24
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	25
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	26
10.8 - Plano de Negócios	27
10.9 - Outros fatores com influência relevante	28

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Os riscos a que a Companhia e suas Controladas estão sujeitas estão resumidos no item 4.1.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade de contratos em vigor, a uma possível mudança nas taxas de cambio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro Consolidado antes da tributação.

	Aumento/Redução em Percentual s/ taxa de câmbio	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2014	+25%	397	397
	+50%	794	794
	-25%	(397)	(397)
	-50%	(794)	(794)
31/12/2013	+25%	(3.011)	(3.011)
	+50%	(6.023)	(6.023)
	-25%	3.011	3.011
	-50%	6.023	6.023

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 – Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado**

Manutenção de caixa a níveis adequados ao tipo de produto e negócios da Companhia com o objetivo de minimizar riscos de liquidez.

Identificação antecipada de situações que possam exigir a contratação de operações de hedge com o objetivo de minimizar os riscos financeiros da Companhia.

a. riscos para os quais se busca proteção

Riscos cambiais

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Quando aplicável, os instrumentos financeiros a serem contratados são definidos em relação ao risco a ser coberto, situação financeira e de crédito da Companhia, cenário de mercado, além de covenants contratuais, análise de crédito e spread a ser cobrado pela instituição financeira.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Vide item “b” acima

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Contratos de hedge, quando aplicável, limitam-se à cobertura necessária. São precificados segundo as metodologias de mercado vigentes.

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não opera

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

O Estatuto prevê que, em caso de oferecimento de garantias reais ou oneração de bens imóveis, as operações devem ser previamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Os Controles Internos são regulados pelas Normas Administrativas, Instruções de Trabalho, Procedimentos e Manuais integrantes do Sistema de Gestão Integrada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 Alterações significativas nos principais riscos de mercado

- Fatores de risco em relação aos setores da economia em que a Companhia atua:

O ano de 2014 foi marcado pelas incertezas decorrentes da eleição presidencial brasileira. O desempenho da indústria foi afetado principalmente pela queda dos investimentos nos principais mercados de atuação da Bardella.

No setor de bens de capital sob encomenda, observou-se que a política industrial, não foi suficiente para reverter este quadro e devolver o crescimento do setor. Os investimentos que ainda tem ocorrido são focados apenas em manter o nível de produção.

Apesar da estagnação econômica refletida nas últimas divulgações do PIB, elevação da taxa de juros ao longo do ano pelo Copom e queda acentuada de 13,5% no faturamento do setor de máquinas e equipamentos em relação a 2013, conseguimos elevar nossa carteira de encomendas em 23,1%.

O ano de 2015 tende a ser mais desafiador que 2014, onde teremos que envidar nossos esforços para manter nossa capacidade industrial em níveis adequados à expectativa de lucratividade de nossos acionistas.

Manteremos nossos esforços na consolidação e manutenção de nossos programas de controle de custos e despesas para que possamos melhorar os nossos resultados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 – Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10 - COMENTÁRIOS DOS DIRETORES****10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais****a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para o desenvolvimento de suas operações e cumprir suas obrigações de curto e longo prazo.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações

Espécie de Ações	Quantidade de ações	a) capital emitido (em R\$ Mil)	b) capital subscrito (em R\$ Mil)	c) capital integralizado (em R\$ Mil)	d) prazo para integralização
Ordinárias	607.192	44.325	44.325	44.325	integralizado
Preferenciais	992.808	72.474	72.474	72.474	integralizado
Total	1.600.000	116.800	116.800	116.800	integralizado

Ações detidas pelos controladores:

Nome	Total Ações	%	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%
CB Holding	368.987	23,06	353.366	58,20	15.621	1,57
Claudio Bardella	1	-	1	-	-	-
Claudio Bardella Junior	8	-	-	-	8	-
Ana Tereza Bardella	1	-	1	-	-	-
Total	368.997	23,06	353.368	58,20	15.629	1,57

Não existe intenção de a Companhia efetuar resgate de ações.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em contas a receber de clientes, R\$ 163,50 milhões (Controladora) e R\$ 143,50 milhões (Consolidado) referem-se a contratos de construção de equipamentos sob encomenda e decorrentes da receita bruta reconhecida no resultado e proporcional à produção já realizada dos produtos sob encomenda – contratos de construção, conforme demonstrado na nota explicativa n. 7 às Demonstrações Contábeis. Os demais valores referem-se a outros contratos, produtos e serviços, incluindo valores a receber referentes a vendas de aços laminados e trefilados. Os estoques de matérias primas contém insumos já destinados aos contratos de fabricação em andamento e os adiantamentos a fornecedores são referentes a subcontratações com o mesmo destino. Desta forma, a capacidade de pagamento do passivo circulante está vinculada à execução dos contratos de construção e à realização dos respectivos valores a receber.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes utilizadas**

Imobilizado:	Indexador	Taxa média anual de juros em 12/2014	Vencimentos dos Contratos	Controladora		Consolidado	
				31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
BNDES - Finem	TJLP	1,80%	15/06/15	1.700	4.829	1.700	4.829
BNDES – Finem	TJLP	2,34%	15/02/16	-	-	1.045	1.829
BNDES – Finem	TJLP	4,80%	16/11/15	-	-	1.483	3.773
Bndes - Prosoft	Fixo	8,50%	15/02/15	310	2.542	310	2.542
BNDES - Finame	TJLP	1,40%	15/01/14	-	15	-	15
BNDES - Finame	Fixa	4,79%	15/09/15	-	-	554	1.542
BNDES - Finame	Fixa	6,00%	15/07/24	655	-	655	-
Outros	Fixa	16,20%	13/05/14	-	-	-	924
Outros	CDI	123% do CDI	14/09/15	675	1.575	675	1.575
Arrendamento Mercantil	Fixo	17,16%	06/08/14	-	-	-	550
Sub-Total				3.340	8.961	6.422	17.579
Capital de Giro:							
Financiamento Importação	EUR	2,48%	05/01/15 a 23/02/15	6.518	-	6.518	-
Financiamento Importação	EUR	2,25%	04/01/14 a 13/06/14	-	11.687	-	11.687
Financiamento Importação	USD	3,02%	08/01/15 a 05/06/15	4.985	-	4.985	-
Financiamento Importação	USD	2,65%	27/01/14	-	358	-	358
Nota de Credito Exportação	CDI	0,00%	10/01/14	-	16.867	-	16.867
Capital de Giro	CDI	1,80%	15/07/14 a 15/12/14	-	14.377	-	14.377
Capital de Giro	CDI	120% do CDI	26/07/15 a 13/05/17	19.035	-	19.035	-
Capital de Giro	CDI	136% do CDI	17/01/14	-	5.076	-	5.076
Finame Fabricante	Fixa	3,00%	15/07/14 a 15/01/15	11.682	85.288	11.682	85.288
Finame Fabricante	Fixa	6,00%	15/08/14 a 15/02/15	111.936	-	111.936	-
Finame Fabricante	Fixa	3,50%	17/11/14 a 15/01/15	-	-	4.333	13.000
Total Capital de Giro:				154.156	133.653	158.489	146.653
Total Geral:				157.496	142.614	164.911	164.232
Parcela Circulante				60.109	128.300	67.263	142.042
Parcela não Circulante				97.387	14.314	97.648	22.190
Juros Pagos				8.633	13.292	9.684	14.706

Para os contratos de financiamentos celebrados junto ao BNDES com taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado, as quais enquadram-se no escopo do IAS 20 /CPC 7, foram efetuados cálculos comparativos para cada contrato com a utilização do método de juros efetivos definidos pelo IAS 39 / CPC 38. As comparações foram efetuadas entre o valor total da dívida calculada com base na respectiva taxa pactuada e o cálculo de acordo com as taxas de mercado (valor justo). A receita de subvenção concedida pelo BNDES a apropriar, ajustada a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

valor presente em 31 de dezembro de 2014, resultou para a Controladora em R\$ 911 e para o Consolidado R\$ 1.016. Em 31 de dezembro de 2013 foi R\$ 2.732 para a Controladora e R\$ 2.812 (Consolidado).

Os financiamentos Finame têm como garantia os próprios bens financiados. Os demais financiamentos não possuem garantia. A Companhia e suas controladas não possuem cláusulas restritivas (*covenants*).

Os juros de empréstimos e financiamentos pagos no período estão classificados como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

Cronograma de desembolsos - Não Circulante

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
2015	-	14.314	-	21.842
2016	90.197	-	90.458	348
2017	6.736	-	6.736	-
2017 a 24	454	-	454	-
	97.387	14.314	97.648	22.190

Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo de adiantamento de clientes	98.493	78.672	102.671	82.695

A conta "Adiantamento de clientes" está composta principalmente de valores decorrentes das condições de recebimento referentes a contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda (Contratos de construção vide nota explicativa 7) e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente em relação à receita reconhecida através do método da percentagem completada, conforme previsto no CPC 17 (R1) - Contratos de construção.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que a Companhia pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Caso haja deficiência de liquidez a Companhia dispõe das seguintes fontes de capital de giro, de acordo com suas características de mercado de atuação:

- a) Financiamento ao fabricante: recursos obtidos junto ao BNDES para completar o fluxo de caixa de uma encomenda durante o período de fabricação.
- b) Investimentos em ativo imobilizado: linhas de financiamento Finame para máquinas e equipamentos e linhas de financiamento Finen para os demais investimentos fixos.
- c) Capital de Giro: financiamentos em bancos comerciais.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

O endividamento da Companhia com Instituições Financeiras, para financiamento de capital de giro e imobilizado representa 19,98% do ativo total na Controladora e 20,88% consolidado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Ver item “d”

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não existem outras relações de longo prazo com instituições financeiras. As negociações para obtenção de recursos de longo prazo são feitas caso a caso. Nenhuma negociação futura está vinculada a nenhuma instituição financeira.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Os financiamentos são garantidos pelos próprios bens financiados.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não existem restrições impostas à Companhia e todos os atos relacionados a endividamento, distribuição de dividendos, alienação de ativos e emissão de novos valores mobiliários, são submetidos ao Conselho de Administração.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não existem limites de financiamentos já contratados e não utilizados.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas referentes ao exercício findo em 31/12/2014 e o comparativo com 31/12/2013, foram publicadas em 31 de março de 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Demonstrações de resultados****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013***(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receita operacional líquida	404.209	349.460	478.936	424.949
Custos dos produtos vendidos e/ou dos serviços prestados	<u>(344.234)</u>	<u>(309.314)</u>	<u>(398.185)</u>	<u>(375.331)</u>
Lucro bruto	59.975	40.146	80.751	49.618
Receitas (despesas) operacionais				
Vendas	(26.798)	(27.354)	(28.925)	(29.797)
Gerais e administrativas	(19.622)	(18.681)	(34.624)	(33.789)
Honorários e participação da administração	(4.787)	(5.229)	(4.809)	(5.251)
Despesas financeiras	(19.270)	(21.486)	(19.958)	(22.746)
Receitas financeiras	10.657	7.935	8.690	6.718
Resultado da equivalência patrimonial	4.785	(6.348)	3.983	2.465
Outras despesas e receitas operacionais, líquidos	<u>69</u>	<u>(10.052)</u>	<u>(853)</u>	<u>(7.536)</u>
	(54.966)	(81.215)	(76.496)	(89.936)
Lucro (prejuízo) operacional	<u>5.009</u>	<u>(41.069)</u>	<u>4.255</u>	<u>(40.318)</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social				
social	5.009	(41.069)	4.255	(40.318)
Imposto de renda e contribuição social	2.383	1.838	3.137	1.691
Corrente	-	-	(434)	(704)
Diferido	2.383	1.838	3.571	2.395
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>7.392</u>	<u>(39.231)</u>	<u>7.392</u>	<u>(38.627)</u>
Atribuído a acionistas da empresa controladora	7.392	(39.231)	7.392	(39.231)
Atribuído a sócios não controladores	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>604</u>
	<u>7.392</u>	<u>(39.231)</u>	<u>7.392</u>	<u>(38.627)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Receita operacional líquida: O setor de bens de capital pelo terceiro ano consecutivo apresentou crescimento negativo. Ainda assim, a Companhia aumentou suas receitas e o nível de pedidos de equipamentos em carteira.

A receita líquida operacional consolidada atingiu R\$ 478,9 milhões em 2014 com aumento de 12,7% em relação a 2013, quando registrou R\$ 424,9 milhões.

Em 2014, a receita líquida de vendas de aços trefilados e laminados foi 9,3% menor que no ano anterior, atingindo R\$ 56,3 milhões (R\$ 62,1 milhões em 2013).

Lucro Bruto: A margem bruta consolidada de 11,7% em 2013 passou para 16,8% em 2014 e a margem operacional consolidada que era de -9,5% em 2013 passou para 0,9% em 2014.

Despesas de Vendas, Administrativas, honorários e participações: As despesas administrativas, honorários e participações apresentaram decréscimo de 2,08% na controladora e de 1,00% consolidado.

Resultado financeiro líquido: O desempenho do resultado financeiro líquido deve-se à condições contratuais dos fluxos de caixa dos contratos de construção, o que exigiu um volume maior de financiamentos junto às instituições financeiras, entretanto os custos dos empréstimos foram reduzidos, o que permitiu a redução de despesa financeira líquida em 36,4% (Controladora) e 29,7% (Consolidado).

Resultado da equivalência patrimonial: O aumento de 175,37% em relação a 2013 deve-se principalmente ao resultado da IMMA Indústria Metalúrgica Mecânica da Amazônia Ltda.

Outras despesas e receitas operacionais líquidas: O resultado positivo na Controladora no ano de 2014 deve-se principalmente a reversões/utilização de provisões operacionais, em função da liquidação de débitos junto à Receita Federal do Brasil com os benefícios previstos na Lei 12.996/2014 (vide Nota 18). No ano de 2013, o resultado negativo na Controladora deve-se principalmente aos custos de ociosidade e à constituição de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Lucro/Prejuízo operacional: O lucro operacional da Controladora de R\$ 5.009 mil deve-se ao crescimento da receita líquida e ao resultado positivo da equivalência patrimonial.

Lucro/Prejuízo Líquido: O lucro líquido do exercício de R\$ 7.392 mil resulta do lançamento de R\$ 2.383 mil referentes a créditos fiscais diferidos ativos conforme consta na nota explicativa 9-b às Demonstrações Contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014, 2013
(Em milhares de Reais)**

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	30.003	13.083	33.537	14.725
Contas a receber de clientes	144.047	139.873	134.309	161.877
Partes relacionadas	59.837	40.483	-	-
Estoques	86.197	91.437	99.581	106.329
Impostos a recuperar	26.421	18.811	33.285	28.943
Despesas antecipadas	3.860	1.878	7.019	3.051
Outros créditos	33.358	12.382	60.607	13.117
	<u>383.723</u>	<u>317.947</u>	<u>368.338</u>	<u>328.042</u>
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Partes relacionadas	23.564	37.045	-	-
Contas a receber de clientes	5.365	4.963	5.365	4.963
Titulos e valores mobiliários	-	-	8.265	13.994
Impostos a recuperar	3.764	3.716	3.776	3.772
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	6.110	6.161
Outros créditos	7.699	5.847	10.715	8.866
	<u>40.392</u>	<u>51.571</u>	<u>34.231</u>	<u>37.756</u>
Imobilizado	<u>223.003</u>	<u>231.725</u>	<u>282.284</u>	<u>296.955</u>
Investimentos	<u>123.310</u>	<u>113.490</u>	<u>74.518</u>	<u>70.535</u>
Propriedades para investimento	-	-	10.833	10.125
Intangível	<u>17.861</u>	<u>14.529</u>	<u>19.633</u>	<u>16.436</u>
	<u>404.566</u>	<u>411.315</u>	<u>421.499</u>	<u>431.807</u>
	<u>788.289</u>	<u>729.262</u>	<u>789.837</u>	<u>759.849</u>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa: As variações das disponibilidades estão demonstradas na Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto conforme publicação das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas.

Contas a Receber de Clientes: Esta conta inclui a conta “Efeitos a Faturar” referente aos produtos sob encomenda – Contratos de Construção e registra a receita bruta reconhecida no resultado e proporcional à produção já realizada em relação ao custo total orçado. Ver demonstrativo sobre contratos de construção à nota explicativa 7 às Demonstrações Contábeis. O acréscimo de 3% na Controladora e o decréscimo de 17,0% no Consolidado deve-se às condições contratuais dos fluxos de caixa dos contratos de construção.

Estoques: A variação decorre do volume de operações da Companhia. O decréscimo de 5,73% da Controladora e 6,34% do Consolidado verifica-se devido à utilização de estoques de matérias primas e materiais de consumo que reduziram em 13,8% na Controladora e 11,6% no Consolidado – Ver Nota Explicativa nº 8 - Estoques.

Impostos a recuperar: A variação deve-se ao aumento de volume de operações da Companhia.

Impostos diferidos: A variação é decorrente dos ajustes de adições e exclusões para obtenção do Lucro Real, conforme pode ser verificado à nota explicativa 9-b às Demonstrações Contábeis.

Outros Créditos: O aumento em 31 de dezembro de 2014 deve-se principalmente ao aumento de adiantamentos a fornecedores nacionais e estrangeiros relativos à matérias primas e componentes importados.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Partes Relacionadas: A variação refere-se às operações entre a controladora e controladas conforme nota explicativa 12 às Demonstrações Contábeis.

Contas a Receber de Clientes: A variação é recorrente de reivindicações de contratos de longo prazo, cujas receitas foram reconhecidas devido às negociações terem atingido um estágio tal que tornou-se provável seu recebimento.

Impostos a recuperar: A variação refere-se principalmente à movimentação de créditos de ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado (ver também comentários no Ativo Circulante).

Outros Créditos: A variação deve-se principalmente a créditos de ações judiciais.

Imobilizado: A variação deve-se à movimentação de aquisições e depreciação dos recursos empregados na manutenção da atividade da Companhia (ver nota explicativa n. 13 às Demonstrações Contábeis)

Investimentos: A variação decorre da movimentação do patrimônio líquido das Controladas e Coligadas, cuja avaliação é feita pelo método da equivalência patrimonial, além da aquisição de participação minoritária da empresa Duraferro Indústria e Comércio Ltda (ver Nota 4 e 19).

Intangível: A variação refere-se principalmente a aquisição de softwares utilizado nas operações da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014, 2013 (Em milhares de Reais)**

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Passivo, Participação de acionistas não controladores e Patrimônio líquido				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	60.109	128.300	67.263	142.042
Fornecedores	65.282	51.605	72.467	57.385
Partes relacionadas	10.092	562	-	-
Impostos e contribuições a recolher	3.910	2.986	5.664	3.785
Salários e férias a pagar	19.009	16.254	25.606	22.619
Adiantamentos de clientes	98.493	78.672	102.671	82.695
Outras contas a pagar	26.648	8.582	27.992	9.085
Dividendos e juros sobre o capital próprio	6.058	6.025	6.058	6.025
Imposto de renda e contribuição social	-	-	104	248
	<u>289.601</u>	<u>292.986</u>	<u>307.825</u>	<u>323.884</u>
Não circulante				
Partes relacionadas	18.028	21.009	-	-
Empréstimos e financiamentos	97.387	14.314	97.648	22.190
Provisão para demandas judiciais	732	4.201	5.277	9.534
Provisão para perdas invest. empr. Controladas	13.170	12.607	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	29.680	31.143	39.385	42.977
Outras contas a pagar	2.558	1.279	2.569	1.289
	<u>161.555</u>	<u>84.553</u>	<u>144.879</u>	<u>75.990</u>
Patrimônio líquido				
Capital social	116.800	116.800	116.800	116.800
Reservas de capital	97.547	92.284	97.547	92.284
Ágio aquisição participação de minoritários	(12.404)	-	(12.404)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	108.860	117.059	108.860	117.059
Reservas de lucros	26.330	25.580	26.330	25.580
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	8.252
	<u>337.133</u>	<u>351.723</u>	<u>337.133</u>	<u>359.975</u>
	<u><u>788.289</u></u>	<u><u>729.262</u></u>	<u><u>789.837</u></u>	<u><u>759.849</u></u>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PASSIVO CIRCULANTE

Financiamentos e Empréstimos: A variação refere-se à movimentação dos prazos de pagamento de curto para longo prazo de um ano para outro e à maior necessidade de recursos de instituições financeiras devido às atuais condições contratuais de fluxos de caixa dos contratos de construção.

Fornecedores: A variação decorre do aumento do volume de operações e da composição dos prazos de pagamento a fornecedores.

Impostos e Contribuições a Recolher: A variação decorre do volume de operações da Companhia.

Salários e Férias a pagar: A variação decorre do volume das operações da Companhia e das programações de férias aos colaboradores. Em 31/12/2014 o número de colaboradores foi de 1.220 e de 1.169 em 31/12/2013.

Adiantamento de Clientes: A variação decorre das características dos cronogramas de recebimentos e da execução dos produtos sob encomenda – contratos de construção.

Outras Contas a pagar: A variação decorre do volume de operações da Companhia, principalmente da movimentação de provisões de custos incorridos. Além disso, em 31/12/2014 consta o valor a pagar referente à aquisição de participação minoritária da empresa Duraferro Indústria e Comércio Ltda (ver Nota 19).

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio: Não há variação significativa pois, de acordo a Interpretação Técnica ICPC 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, a Companhia registra nesta rubrica o dividendo mínimo obrigatório (ver DMPL e nota explicativa n. 20-e às Demonstrações Contábeis).

Por força do artigo 6º, alínea “a”, do Estatuto Social, em 31/12/2014 foi contabilizada à conta de reserva de lucros o valor de R\$ 87 (R\$ 5.798 em 31/12/2013) em função da distribuição de dividendos mínimos no valor de R\$ 5.798 às ações preferenciais, correspondentes a 8% ao ano sobre o respectivo capital social, com valor de R\$ 5,84 por ação.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Financiamento e Empréstimos: Ver explicação no passivo circulante.

Provisão para Demandas Judiciais: A variação refere-se à movimentação de valores provisionados decorrentes da classificação de riscos e do volume de processos ativos, bem como à reversão e utilização das provisões em função da liquidação de débitos junto à RFB, com os benefícios da Lei 12.996/14 (ver Nota 18).

Outras Contas a Pagar: A redução refere-se a pagamentos diversos efetuados em 2014.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Reservas de Capital: A variação decorre da constituição de reservas de incentivos fiscais – Controladas, relativas a subvenções governamentais. As subvenções governamentais, uma vez atendidos os requisitos necessários, foram reconhecidas como receita conforme determina o CPC 7 – Subvenção e Assistência Governamentais, entretanto devido às restrições legais quanto à distribuição aos sócios ou acionistas, foram creditadas à conta de Reservas de Incentivos Fiscais.

Ajustes de Avaliação Patrimonial / Outros resultados abrangentes: Nesta conta estão registrados os ajustes de avaliação patrimonial decorrentes da atribuição de novo custo a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

certas classes do ativo imobilizado e do valor justo relativo a títulos e valores mobiliários disponível para venda (ações da Cia Vale do Rio Doce), inclusive os respectivos reflexos das equivalências patrimoniais das investidas. As variações decorrem das flutuações das cotações e baixas por vendas destes títulos e das depreciações e baixas do ativo imobilizado.

Reservas de Lucros: A variação é decorrente da constituição de reserva legal. Na subdivisão “Retenção de Lucros” estão registradas as retenções efetuadas com base em Orçamentos de Capital e aprovados em Assembléia de Acionistas . Não houve proposta de orçamento de capital sobre lucros decorrentes do exercício de 2014. Nesta rubrica estão registrados também as Reservas de Lucros a Realizar, decorrentes do ajuste a valor justo das propriedades para investimentos (ver Nota 14 a)

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 – Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

- i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita
- ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O PIB brasileiro cresceu 0,1% em 2014 e em 2013 teve um aumento de 2,3% em relação a 2012 (IBGE). O PIB da Indústria caiu 1,2% em 2014 ante 2013 e em 2013 teve um crescimento de 1,3% em relação ao ano de 2012.

A receita líquida operacional consolidada atingiu R\$ 478,9 milhões em 2014 com aumento de 12,7% em relação a 2013, quando registrou R\$ 424,9 milhões (reapresentado).

Em 2014, a receita líquida de vendas de aços trefilados e laminados foi de R\$ 56,3 milhões (R\$ 62,1 milhões em 2013).

Apesar do PIB negativo da indústria em 2014, a Companhia obteve encomendas que permitiram aumentar o volume de pedidos de equipamentos a executar. O total da receita líquida a apropriar desses equipamentos considerando controladora e controladas em conjunto em 31/12/2014 foi de R\$ 1.027 milhões e em 31/12/2013 era de R\$ 837 milhões.

A receita líquida a apropriar da controladora que era de R\$ 597,6 milhões em 31/12/2013, registrou R\$ 736,0 milhões em 31/12/2014.

O total da receita líquida a apropriar considerando controladas e controlada em conjunto em 31/12/2014 foi de R\$ 1.027 milhões e em 31/12/2013 era de R\$ 837 milhões.

Além dos produtos seriados, contribuíram para a realização da receita operacional bruta do ano, os seguintes fornecimentos:

- Pontes rolantes para diversas siderúrgicas brasileiras e indústrias em geral
- Equipamentos de processos para a Petrobras e suas subsidiárias;
- Equipamentos hidromecânicos e de levantamento, além de servomotores e unidades hidráulicas para as usinas hidrelétricas;
- Equipamentos para movimentação de minérios;
- Peças seriadas para turbinas eólicas.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Conforme já explicado no item “a”, houve um aumento da receita operacional líquida de 12,7% em relação a 2013 (Consolidado).

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Entretanto as respectivas situações atuais dos fluxos de caixas contratuais dos projetos estão sujeitas aos riscos de atrasos de pagamentos por parte dos clientes e suspensões de contratos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e das suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas Controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações. Os resultados (ganhos e perdas) apurados nas operações com derivativos estão integralmente reconhecidos na demonstração do resultado do período da controladora conforme demonstra a nota explicativa 20.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente a possibilidade de contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*), quando aplicável, previstos em contratos de empréstimos e financiamentos. Em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o trimestre findo em 31 de dezembro de 2014.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos e financiamentos	157.496	142.614	164.911	164.232
Fornecedores	65.282	51.605	72.467	57.385
Partes relacionadas	28.120	21.571	-	-
Provisão IR e CSLL	-	-	104	248
Provisão participação da diretoria/empregados	-	210	-	210
Dividendos propostos/juros sobre capital próprio	6.058	6.025	6.058	6.025
Adiantamento de clientes	98.493	78.672	102.671	82.695
Provisão de férias e encargos	13.050	11.356	15.971	15.433
Provisão para contingências	732	4.201	5.277	9.534
Provisão IR e CSLL diferidos	29.680	31.143	39.385	42.977
Outros	52.245	30.142	45.859	21.135
Dívida líquida	451.156	377.539	452.703	399.874
Patrimônio líquido	337.133	351.723	337.133	359.975
Patrimônio líquido e dívida líquida	788.289	729.262	789.836	759.849
Coefficiente de alavancagem	0,57	0,52	0,57	0,53

Risco de concentração de negócios

Considerando as características do mercado de bens de capitais de longo prazo de fabricação, a Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de concentração de negócios.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os contratos para fabricação de bens sob encomenda contém cláusulas de reajuste de preços vinculadas a índices econômicos que objetivam equalizar as variações de preços dos insumos, entretanto, por imposição legal, a periodicidade de tais reajustes não pode ser inferior a um ano. Tais contratos, tanto de médio e longo prazo contém também cláusula referente ao equilíbrio econômico do contrato, com o objetivo de proteção contra variações anormais de preços dos insumos, entretanto o aumento da inflação de determinados componentes dos custos podem exigir maiores esforços na recuperação dos desequilíbrios.

Os indexadores e taxas de juros dos financiamentos e empréstimos estão mencionados na nota explicativa 16 às Demonstrações Contábeis.

Sensibilidade de taxa de juros sobre empréstimos e financiamentos

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro consolidado antes da tributação. Com relação ao Patrimônio líquido consolidado, o impacto apresentado não é significativo.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

	Aumento/Redução em pontos base	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2014	+ 100	(224)	(224)
	+ 150	(336)	(336)
	-25	56	56
	- 50	112	112
31/12/2013	+ 100	(455)	(455)
	+ 150	(676)	(676)
	-25	113	113
	- 50	226	226

A oscilação estimada em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado correlacionada as taxas negociadas nos contratos das empresas que compõem o Patrimônio consolidado.

Moeda Estrangeira

Os saldos de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados abaixo:

	Valores (em R\$ mil)		
	31/12/2014	31/12/2013	Moeda
Natureza do Saldo			
Adiantamentos para importações	8.200	3.183	EUR
Adiantamentos para importações	6.611	457	USD
Financiamento Finimp	6.518	11.687	EUR
Financiamento Finimp	4.985	358	USD
Importações de materiais	724	286	EUR
Importações de materiais	997	879	USD

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de cambio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro Consolidado antes da tributação.

	Aumento/Redução em Percentual s/ taxa de câmbio	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2014	+25%	397	397
	+50%	794	794
	-25%	(397)	(397)
	-50%	(794)	(794)
31/12/2013	+25%	(3.011)	(3.011)
	+50%	(6.023)	(6.023)
	-25%	3.011	3.011
	-50%	6.023	6.023

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 – Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Aquisição de participação minoritária da empresa Duraferro Indústria e Comércio Ltda. Além de tratar-se de uma planta de fabricação de produtos complementares ao portfólio de produtos da Bardella S/A, a aquisição permitirá o desenvolvimento de novos produtos e a adequação da produção à demanda para outros setores de bens de capital.

c) Eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 – Práticas contábeis e parecer dos auditores

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), exceto pelos investimentos em sociedades controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, que não diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os CPCs.

A Diretoria da Companhia, em reunião realizada em 26 de março de 2015, autorizou emissão destas demonstrações financeiras.

A Companhia declara que as demonstrações financeiras consolidadas estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelos CPCs vigentes em 31 de dezembro de 2014, as quais incluem os novos pronunciamentos, interpretações e alterações, das seguintes normas, modificações e interpretações publicadas pelo IASB e pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014:

- Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27): as revisões entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A aplicação desta norma não causou impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que nenhuma das investidas da Companhia se qualifica para ser uma entidade de investimento.
- IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - Revisão do IAS 32: essas revisões esclarecem o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. A aplicação dessas revisões não causou impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 36 Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Revisão do IAS 36: essas revisões removem consequências não intencionais da IFRS 13 *Mensuração do Valor Justo* sobre as divulgações exigidas pelo IAS 36. Além disso, essas alterações exigem a divulgação dos valores recuperáveis dos ativos ou unidades geradoras de caixa (UGCs) para as quais tenha sido reconhecida uma perda por não recuperabilidade (*impairment*) durante o período. A aplicação dessas revisões não causou impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge - Revisão da IAS 39: essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de *hedge* quando a renovação de um derivativo designado como *hedge* atinge certos critérios. A aplicação desta revisão não causou impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRIC 21 Tributos: a IFRIC 21 esclarece quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

que a métrica seja atingida. A aplicação desta norma não causou impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, os seguintes IFRS, alterações e interpretações do IFRIC haviam sido publicados, porém não eram de aplicação obrigatória:

Poderão trazer impactos para a Companhia

- *IFRS 9 Instrumentos Financeiros*: Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia.
- *IFRS 15 Receita de contrato com clientes*: Estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação de receita ou da indústria. Aplica-se a todos os contratos de receita e fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de ganhos ou perdas com a venda de alguns ativos não financeiros que não estão ligados as atividades ordinárias da entidade (por exemplo, as vendas de imóveis, instalações e equipamentos ou intangíveis). Extensas divulgações são também requeridas por esta norma. Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com aplicação antecipada permitida.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Aplicáveis à Companhia, mas não se espera impacto nas demonstrações financeiras:

Alterações à IFRS 11 Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias: Exige que a entidade participante de um negócio em conjunto aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios. As alterações também deixam claro que uma participação societária previamente mantida em uma operação conjunta não é remensurada sobre a aquisição de participação adicional na mesma operação conjunta enquanto o controle conjunto for retido. Adicionalmente, uma exclusão de escopo foi adicionada à IFRS 11 para especificar que as alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal. As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta e são prospectivamente vigentes para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 e após essa data, não sendo permitida a adoção antecipada no Brasil.

IAS 16 – Ativo Imobilizado e IAS 38 – Ativo Intangível: A alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece, na IAS 16 e na IAS 38, que o ativo pode ser reavaliado utilizando dados observáveis sobre o valor contábil líquido ou bruto. Adicionalmente, a depreciação ou amortização acumulada é a diferença entre os valores contábeis ou brutos do ativo.

Alterações à IAS 27 – Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas: As alterações permitirão que as entidades utilizem o método de equivalência patrimonial ao contabilizarem investimentos em controladas, joint ventures e coligadas em demonstrações financeiras separadas. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada, que está em análise no Brasil.

IAS 40 – Propriedade para Investimento: A descrição de serviços auxiliares na IAS 40 estabelece a diferença entre propriedade para investimento e propriedade ocupada pelo proprietário (ou seja, ativo imobilizado). A alteração é aplicada prospectivamente e esclarece que a IFRS 3, e não a descrição de serviços auxiliares na IAS 40, é utilizada para determinar se a transação é a compra de um ativo ou uma combinação de negócios.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Bardella S. A. Indústrias Mecânicas essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia e suas Controladas usem de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, quando aplicável: valor residual do ativo imobilizado e intangível; cálculo do custo atribuído (*deemed cost*) para determinados grupos de ativos imobilizados; a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; provisão para redução ao valor recuperável de ativos; provisão para devedores duvidosos; provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; créditos fiscais diferidos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Apesar de refletirem a melhor estimativa possível por parte da Administração, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas pelo menos trimestralmente.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Os sistemas contábeis e de controles internos adotados pela Empresa são adequados ao tipo de atividade e volume de transações da Companhia.

Recomendações presentes no relatório do auditor, quando aplicável, são consideradas e confrontadas com os procedimentos de Controles Internos os quais são revisados quando necessário.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

Não se aplica a nossa Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor:**

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional, que incluem aluguéis de equipamentos e imóveis, quando aplicável, são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento. Quando necessário, a Companhia pode utiliza-se de arrendamentos operacionais para bens de informática e veículos.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável

iv. contratos de construção não terminada

Não aplicável

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável

b) natureza e o propósito da operação

A natureza do arrendamento operacional é aluguel e o propósito é cobrir necessidades temporárias de tais recursos.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável